

O Debate do Desenvolvimento na Tradição Heterodoxa Brasileira: da CEPAL a Escola da UNICAMP.

Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos
Phd – New School for Social Research
Professor Adjunto da Faculdade de Economia – UFF
Julia Galarza D’Avila
Mestre em Economia – UFF
Economista - BRDE

Introdução

O cenário político e econômico das primeiras décadas do século XX foi central para o surgimento da economia do desenvolvimento como um tópico autônomo dentro da teoria econômica. Os autores Clássicos tinham como objeto central o desenvolvimento; no entanto, este não havia se firmado como uma disciplina distinta, com um corpo teórico próprio. O período seguinte de domínio Neoclássico teve como uma de suas características o abandono da problemática do desenvolvimento econômico em favor da análise da alocação tendo como suposto a escassez e como mecanismo fundamental o princípio da substituição.

O fim da Era Liberal do século XIX com a crise de 1929 e as experiências, a partir daí, vivenciadas por vários países no período das duas guerras mundiais foram as propulsoras do debate profundo sobre o desenvolvimento econômico, que se assistiria ao final da década de 1940 e na década de 1950. Este período é chamado por Meier (1984) como “the pioneering period” para a nova economia do desenvolvimento, que tem como foco os problemas de desenvolvimento da Ásia, África e América Latina. O desenvolvimento econômico como tema acadêmico foi uma resposta a uma situação histórica particular. Este debate se torna ainda mais premente, demandando a proposição de políticas aplicadas específicas, devido ao estabelecimento da descolonização e da Guerra Fria no pós-guerra. As idéias desenvolvimentistas respondiam a necessidade de propor políticas de crescimento acelerado, ou seja, de *catch up*, a países “novos” ou não, dentro da luta por supremacia político-ideológica entre Estados Unidos e URSS.

Assim, as décadas de 1940 e 1950 marcam uma mudança na perspectiva intelectual até então dominante, com a emergência de um novo consenso, o “consenso do desenvolvimento”, que prevalecerá no cenário econômico e ideológico até os anos de 1970. Ilustrativa deste “consenso” foi a declaração, por parte das Nações Unidas (ONU)

e do Governo dos Estados Unidos, da década de 1960 como a “década do desenvolvimento”. A adoção de políticas desenvolvimentistas recebeu o apoio explícito de órgãos internacionais oficiais e as Comissões Regionais da ONU assumiram um papel ativo no exame dos problemas do desenvolvimento, sendo a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948, a comissão mais proeminente. (Meier, 1984)

É nesse centro que se formam intelectualmente os principais economistas brasileiros que a partir da década de 1950 passaram a exercer papel central no debate e propostas de política econômica dentro de uma perspectiva heterodoxa.

O pioneiro e fundador dessa tradição foi Celso Furtado. Furtado não apenas teve contribuição central no debate intelectual desde a década de 1950, produzindo, entre outras obras, o clássico Formação Econômica do Brasil, como participou ativamente como *policy maker* através do relatório CEPAL –BNDES, fundação da SUDENE e da proposta e início da execução do Plano Trienal em 1963. Sua carreira como *policy maker* foi interrompida pelo golpe militar de 1964, mas sua produção acadêmica continuou até sua morte. Dentro dessa tradição heterodoxa brasileira podemos também destacar a economista Maria da Conceição Tavares que sendo formada pela CEPAL, publicou obras centrais dentro dessa tradição, como o livro Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira, mas no decorrer do seu percurso intelectual avançou sua reflexão incorporando novos paradigmas teóricos que acabaram por conformar a interpretação da economia brasileira da Escola da UNICAMP.

O pensamento heterodoxo desenvolvimentista Latino Americano em geral, e brasileiro em particular, nasce das idéias e do ambiente intelectual desenvolvimentista mundial dos anos 1940 e evolui com a incorporação de contribuições de outras contribuições heterodoxas, principalmente de autores de alguma forma ligados a tradição de Cambridge como Kalecki, Kaldor, Joan Robinson¹ e outros como Steindel, Labini, Minsky. Essa trajetória, entretanto não foi linear, envolvendo debates, controvérsias, revisões de posições por diferentes autores e mesmo divergências nunca sanadas. Infelizmente a reação liberal que se solidificou a partir da década de 1990 de uma forma tão simplista quanto ignorante contrapôs-se a essa tradição rotulando-a de

¹ Nunca é demais lembrar que o pioneiro Furtado escreve sua obra-prima, Formação Econômica, em Cambridge e nesta universidade freqüenta seminários de todos os grandes economistas ligados a esta instituição como Kaldor, Joan Robinson e Sraffa. Ver Furtado (1997) p. 327-332.

forma caricata como “intervencionista”, “estatista”, “protecionista” e outros qualificativos semelhantes que embora não sejam necessariamente incorretos vêm evitados de juízos de valores supostamente negativos. Essa reação mais do que desqualificar a tradição heterodoxa; ao homogeneizá-la, acabou por ofuscar certos debates e divergências dentro deste campo que, em grande medida, permanecem atuais. O objetivo deste trabalho é revisitar um desses grandes debates da tradição heterodoxa brasileira: a questão da desaceleração do crescimento econômico no início dos anos 1960 que estava por trás das idéias, então percebidas, como de esgotamento do modelo de substituição, tendência a estagnação e subdesenvolvimento (no conceito Furtadiano, como precisaremos à frente). Esse debate e, em alguns aspectos, sua superação envolve a compreensão das próprias mudanças analíticas do pensamento heterodoxo brasileiro bem como a discussão de temas até hoje centrais para o desenvolvimento, como a relação entre crescimento e distribuição de renda.

Tais tópicos serão desenvolvidos com uma discussão inicial sobre os fundamentos clássicos da teoria do desenvolvimento dos anos 1950. Na seção seguinte discute-se como essa abordagem se relaciona a interpretação Cepalina, e principalmente Furtadiana, da economia brasileira. Apresentamos também a crítica de Conceição Tavares a essa leitura e sua contribuição para a formação da Escola da UNICAMP. Na última seção são feitas algumas observações buscando sintetizar as interpretações divergentes apresentadas no decorrer do trabalho.

2 A Teoria do Desenvolvimento Cepalino e o Paradigma Clássico

A teoria do desenvolvimento nascida nos anos 1940 é caracterizada como a teoria econômica com oferta ilimitada de mão de obra. A expressão está inclusive no título do trabalho seminal de Arthur Lewis em 1954, o qual lhe valeu um Prêmio Nobel em 1979. Esse era um ponto central da sua argumentação, sendo claramente enunciado logo nas duas primeiras páginas de seu artigo questionando assim o pressuposto básico da teoria neoclássica, qual seja, o princípio da escassez, ou neste caso específico, que existe limitação na oferta de mão-de-obra². Essa observação empírica já havia sido constatada por diversos autores³ mas Lewis explicitou suas conseqüências para mostrar

² Para uma análise do papel central da escassez de mão de obra no funcionamento do modelo neoclássico de crescimento ver Serrano e Cesaratto (2002).

³ Em artigo de 1947, Mandelbaum destacava a presença de superpopulação, ocupações de baixa produtividade e de desemprego rural disfarçado nos países atrasados; em 1951, o Relatório “Measures for the economic development of under-developed countries” elaborado por um grupo de especialistas sob o

como a teoria neoclássica⁴ era inadequada para vários países que apresentavam excedente de mão-de-obra. A partir das hipóteses de oferta ilimitada de mão-de-obra, remunerada com salários de subsistência, e de que a produção aumenta com o decorrer do tempo através da acumulação de capital, Lewis formulou um modelo seguindo a tradição Clássica.

Nestas economias, o nível de subsistência é que determina o preço do trabalho e, nas palavras do autor, “a oferta de trabalho é, portanto, ‘ilimitada’ porquanto a oferta, a este preço, excede a demanda.” (Lewis,1954, p.409) O nível de subsistência define-se através de uma convenção acerca do mínimo necessário para subsistir ou pode ser determinado como o produto médio per capita na agricultura mais uma certa margem.

O setor capitalista⁵ é definido como a parte da economia que utiliza capital reproduzível e visa ao lucro, com trabalhadores assalariados, enquanto o setor de subsistência é toda a parte da economia que não utiliza capital reproduzível e o objetivo principal da atividade econômica é a manutenção do consumo, com camponeses e empregados por conta própria. O produto per capita no setor de subsistência é menor do que no setor capitalista, pois “não é frutificado pelo capital”, daí chamar-se improdutivo. (Lewis,1954, p. 414)

Dessa forma, o setor de subsistência estabelece o mínimo, mas os salários no setor capitalista serão maiores e, de acordo com a disponibilidade de capital, mais trabalhadores podem ser levados do setor de subsistência para o capitalista, elevando o produto per capita. A mão-de-obra será empregada no setor capitalista até o ponto em que o salário se torne igual à produtividade marginal. Assim a teoria do desenvolvimento se apresenta como uma crítica limitada a ortodoxia neoclássica, um “sub-campo” respondendo a condições histórico-empíricas específicas cuja validade se encerra na medida que essas peculiaridades são eliminadas pelo próprio desenvolvimento econômico.

A heterodoxia Latino Americana, que se funda com os relatórios pioneiros de Raul Prebisch para a CEPAL (Prebisch 1949) herda dessa abordagem a sua estrutura

patrocínio da ONU, com a participação de Lewis, destacava o grande número de trabalhadores na agricultura que poderiam ser deslocados para outras ocupações, sem redução na produção agrícola. A este respeito ver Meier (1984)

⁴ Para Lewis, a teoria de Keynes também era inadequada por pressupor não só oferta ilimitada de mão-de-obra como oferta ilimitada de capital e de terra.

⁵ É importante destacar que capitalista não se refere apenas ao setor privado, mas também ao Estado capitalista, que pode utilizar os lucros do setor capitalista e o que conseguir extrair através de impostos do setor de subsistência para acumular capital.

teórica geral⁶. Dentro dessa estrutura está a determinação da renda pela Lei de Say. Essa característica em termos macroeconômicos se expressa pela relação causal poupança-investimento: uma maior poupança implicará num maior nível de investimento. Numa outra forma pode-se dizer que nessa abordagem teórica o produto, ou seu crescimento, não é restrito pela demanda e sim pela oferta. Economias cresceriam menos porque a poupança potencial máxima é limitada, gerando uma limitação do investimento e conseqüentemente do crescimento do produto potencial a uma velocidade maior.

No modelo de Lewis há uma visão “otimista” sobre as possibilidades do crescimento seguindo a abordagem clássica. Dado que os salários são determinados basicamente pelo nível de subsistência, o emprego em setores modernos de mais elevada produtividade gerariam um montante de lucros, e conseqüentemente, poupança potencial ampliados. A ruptura da armadilha da não industrialização liberaria forças, em termos de elevação da poupança através do crescimento da produtividade do trabalho não acompanhada pelos salários. Essa poupança ampliada seria capaz de acelerar o crescimento econômico, terminando por eliminar o mercado dual de trabalho, ou o próprio excedente estrutural da mão de obra.

No pensamento Cepalino a despeito da sua clara filiação clássica tal otimismo é desde início mitigado pela hipótese de que o excedente gerado no setor capitalista da economia pode não se tornar poupança/investimento dado o excessivo consumo capitalista, ou mais geralmente, o consumo conspícuo das minorias de renda mais alta. Este consumo das elites se basearia nos padrões de consumo, ou culturais, dos países de renda per capita mais elevada⁷. Esse é um ponto central para a reflexão de Furtado e vai perpassar sua obra em vários momentos, quase como um guia condutor de sua crítica ao padrão de desenvolvimento implantado no Brasil a partir dos anos 1950.

Antes de perseguir esse ponto, entretanto, deve-se anotar que a preocupação Cepalina quanto às possibilidades de sucesso do processo de industrialização na América Latina

⁶ Não iremos discutir aqui o ponto que mais facilmente é reconhecido como a marca da CEPAL, ou seja, a tendência a deterioração dos termos de troca, nem se essa impressão generalizada é acurada (para uma revisão crítica ver Ocampo e Parra 2007). Vale, entretanto, destacar que mesmo a tendência a deterioração dos termos de troca necessita, para sua explicação, de condições específicas no mercado de trabalho para que os frutos do progresso técnico sejam absorvidos ou não, resultando nas trajetórias distintas dos preços de bens agrícolas e industrializados. Mercados de trabalho onde há excesso de oferta de mão de obra e pouca organização trabalhista, ou seja, os mercados de trabalho dos países primário exportadores, tendem a repassar ganhos de produtividade para os preços, reduzindo-os frente aos dos países produtores de bens industrializados ver Prebisch (1949). Lewis (1977) desenvolve um modelo de deterioração dos termos de troca onde essa relação é também resultado da evolução do salário geral da economia, que entretanto é determinado no setor de subsistência. Uma baixa produtividade nesse setor resultaria em baixos salários e deterioração dos termos de troca contra os países com tal característica.

⁷ Ver Serrano (2001) para análise dessa questão.

não se cingia a questão de falta de poupança por excessivo consumo de luxo⁸. Uma outra limitação ao crescimento econômico seria uma relação capital/produto excessivamente elevada. Com uma relação capital produto muito alta um mesmo montante de poupança/investimento resultaria numa taxa de crescimento menor. As fórmulas abaixo nos permitem explicitar essas duas relações com maior clareza:

$$Y^* = K \frac{1}{v}$$

$$\Delta Y^* = \frac{\Delta K}{v} = \frac{I}{v}$$

$$\frac{\Delta Y^*}{Y^*} = \frac{I}{Y^*} \frac{1}{v} = \frac{S}{Y^*} \frac{1}{v}$$

$$g = \frac{S}{v} \quad (1)$$

, onde v é relação capital produto, s a propensão a poupar e g a taxa de crescimento do produto correspondente à plena utilização de capital, ou taxa garantida.

Supondo, por simplificação que os trabalhadores não poupam:

$$s = s_k \frac{P}{Y}$$

$$s = s_k (1 - w) \quad (2)$$

, onde s_k é a propensão a poupar dos capitalistas, P os lucros e w a participação dos salários na renda. Substituindo (2) em (1), obtêm-se:

$$g = \frac{s_k (1 - w)}{v} = s_k (1 - w) \frac{Y}{K}$$

$$g = s_k (1 - w) R \quad (3)$$

Através de (3) pode-se observar que um maior consumo “capitalista” implicaria num menor s_k em (3), e conseqüentemente um menor crescimento econômico. Podemos observar também que uma maior relação capital/produto, ou alternativamente uma menor Taxa Máxima (R), também causaria uma redução do crescimento econômico. Prebisch em seus estudos pioneiros já apontava para o problema de uma relação capital

⁸ Esse ponto, como veremos central no pensamento Furtadiano também já havia sido alvo de reflexão por parte de autores da teoria do desenvolvimento de tradição anglo-saxã. Nurske (1953) ao afirmar que “...As grandes e crescentes diferenças entre os níveis de renda de diferentes países, aliados a uma consciência maior do fato, podem vir a elevar a propensão geral ao consumo das nações mais pobres, a reduzir sua capacidade de poupança ... o contato e conhecimento de esquemas de consumo superiores dão asas a imaginação criando novas necessidades ... a tendência a copiar os padrões de consumo americano tende a limitar a oferta de fundos de inversão.”(p. 271/272)

produto elevada como entrave ao crescimento econômico, ou uma desvantagem dos países não industrializados vis-a-vis aos países desenvolvidos:

“Nos países desenvolvidos a técnica produtiva exige um alto grau de capital per capita, mas o desenvolvimento paulatino da produtividade, que se deve justamente a essa técnica, permitiu que esses países tivessem elevada renda per capita, mediante a qual realizaram a poupança necessária para formar o capital requerido. Inversamente, na maior parte dos países Latino Americanos, a poupança é escassa, em decorrência do baixo nível de renda. Quando os que hoje são grandes centros industriais estavam em situação comparável à que agora se apresenta nos países periféricos, e quando a renda per capita era relativamente pequena, técnica produtiva também exigia um capital per capita relativamente exíguo.”(p. 163)

Uma vez entendido o esquema analítico clássico seguido pelos autores da teoria do desenvolvimento que surge a partir da década de 1940, na qual se inclui a reflexão teórica de autores Latino Americanos como Prebisch e Furtado, podemos ver como se relacionam acumulação, seus supostos problemas e limitações, e distribuição de renda.

3 Acumulação, Estagnação, Subdesenvolvimento e Distribuição de Renda

Citamos acima que Furtado não apenas participou da formulação da teoria do desenvolvimento na América Latina como também teve atuação destacada como *policy maker* diretamente ligado ao executivo e formulador de planos de desenvolvimento quando ligado a Cepal. Entretanto, na entrada dos anos 1960, ou seja, após o bem sucedido, pelo menos em termos de cumprimento de suas metas quantitativas gerais e setoriais, período do Plano de Metas, Furtado adota um tom mais “pessimista” em sua reflexão. Nos referimos especificamente a hipótese central à teoria do desenvolvimento de que a industrialização seria capaz de eliminar a dualidade básica da economia, com a absorção do excedente estrutural de mão de obra no setor moderno e de maior produtividade per capita da economia. Na descrição de Furtado (1963):

“... a resultante foi quase sempre à criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro de uma estrutura preexistente. Este tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual, necessariamente, tenham passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”(p. 180)

Deve-se destacar que com essa formulação Furtado rompe com uma leitura linear do desenvolvimento, ou seja, que este seria composto de etapas vencidas paulatinamente até o destino final de eliminação da heterogeneidade dual. O subdesenvolvimento, nesta formulação de Furtado é uma estrutura estável que conviveria e, mais do que isso, seria uma consequência do padrão de desenvolvimento adotado no Brasil desde os anos 1950. É importante destacar que essa visão pessimista quanto as perspectivas da continuação do processo de desenvolvimento no início dos anos 1960 era compartilhada por outros autores da tradição Cepalina como Maria da Conceição Tavares.

Tavares (1963) identifica perda de dinamismo, entre 1958 e 1961, nas indústrias de base, principalmente nas indústrias mecânicas e de material elétrico, o que estaria relacionado ao avanço para faixas de maior intensidade de capital e a redução da reserva interna do mercado para substituição.

Segundo a autora, “...o modelo de desenvolvimento recente conduziu a economia brasileira a um dos tipos mais acabados de economia dual dentro da própria América Latina.” (1963, p.110) Há não só desníveis absolutos de produtividade como uma tendência à disparidade aumentar.

Tal tendência decorre do avanço da industrialização para faixas com densidade de capital mais alta e/ou a introdução de técnicas poupadoras de mão-de-obra, o que impediu que houvesse uma maior absorção de mão-de-obra e do fato da estrutura produtiva do setor primário não ter se alterado, o que impossibilitou a incorporação da população ao mercado consumidor.

Tavares também prossegue na problemática Prebischiana citada anteriormente da elevada relação capital produto derivada do tipo de tecnologia adotada, o que representa um grande esforço de acumulação com pouca geração de emprego, ao longo do processo de crescimento. Além disso, surgem problemas quando o processo avança para faixas que exigem maior escala e são de maior complexidade tecnológica, o que representa um freio à diversificação e à integração do sistema produtivo industrial, dado o montante de capital necessário, a dimensão do mercado e o *know how* requeridos.

A transferência da população das áreas rurais para as urbanas não teve o mesmo sentido do modelo de Lewis e de outros modelos históricos de alguns países desenvolvidos⁹, tendo crescido a população marginal e o desemprego disfarçado nas

⁹ A autora não diz a que países está se referindo, mas em outra passagem o caso do Estados Unidos é citado.

idades. O setor industrial aumentou seu grau de diversificação e nível de produtividade, mas o estágio de desenvolvimento alcançado não é equilibrado. A expansão do setor foi desordenada, o que provocou “assincronias”, responsáveis por estrangulamentos, sobretudo em infra-estrutura. A indústria manufatureira sofre de falta de complementaridade tecnológica e mesmo econômica, há sobra de capacidade na maioria das indústrias de bens finais (têxtil, eletrodomésticos,...) e há capacidade insuficiente nas indústrias intermediárias (metalurgia, química básica, borracha, papel).

Em termos sociais, os desequilíbrios se agravaram no processo de desenvolvimento, tendo aumentado a população marginal e o desnível de renda da população ocupada entre o setor primário e o secundário, o que se deve, em grande parte, ao fato dos setores dinâmicos da economia não terem absorvido a população em idade economicamente ativa em ritmo satisfatório. Ao mesmo tempo, tem-se um desequilíbrio social dentro da própria região mais desenvolvida, indicado pela concentração econômica no setor industrial. Para Tavares, os programas governamentais na área de saúde e educação contribuíram para a tendência ao desequilíbrio, não atingindo a maioria da população rural.

Pode-se ver que pelas citações e argumentos acima havia uma clara percepção por parte dos principais autores heterodoxos que o período de crescimento acelerado do início dos anos 1950 havia no mínimo chegado a pontos de estrangulamento e desequilíbrios macroeconômicos, setoriais e sociais. Em Furtado inspirou mesmo o nascimento de um conceito teórico particular, o subdesenvolvimento. Entretanto, este mesmo autor em seu próximo livro, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, avança uma hipótese mais radical, a de que o processo de desenvolvimento como levado a cabo até então levaria inexoravelmente a estagnação econômica.

A crítica teórica a essa tese de Furtado foi feita em detalhe por Tavares e Serra (1970 p.159-167) utilizaremos aqui apenas uma formulação muito simples a fim de mostrar alguns problemas e a continuidade e radicalização da argumentação de Furtado frente a sua hipótese de subdesenvolvimento.

O ponto inicial do argumento estagnacionista de Furtado é a, já citada, elevação da relação capital/produto a medida que o processo de substituição de importação vai atingindo seus estágios mais complexos¹⁰. Como pode-se verificar na equação (3) acima uma elevação da relação capital produto (ou uma redução da produtividade do capital),

¹⁰ Por estágio mais avançado complexo ou avançado Furtado entende a implementação de indústrias de bens de consumo durável.

uma vez mantidas a distribuição de renda e a propensão a poupar dos capitalistas, resultara numa menor taxa de crescimento econômico.

Na argumentação de Furtado (1965), o autor parte de um caso em que ocorre uma elevação da relação capital produto da economia mantendo-se constante tanto o salário real como a taxa de lucro. Nesse caso, fica claro que a elevação da relação capital produto tem como contrapartida uma concentração da renda que anula inteiramente o impacto de tal elevação no crescimento econômico. Isso pode ser visto partindo da expressão abaixo¹¹ para a taxa de lucro r:

$$r = \frac{Y}{K} \left[1 - b \frac{L}{Y} \right] \quad (4)$$

, onde L é a mão de obra.

Se L/Y cai em razão da introdução de mais máquinas (ou uma elevação da relação capital per capita K/L), então, dada uma taxa de lucro constante a produtividade do capital se reduz, ou inversamente, a relação capital produto se eleva. Deve-se notar, também, que esse resultado depende da verificação de uma relação específica entre elevação do coeficiente capital per capita e do produto per capita. Escrevendo Y/K como:

$$\frac{Y}{K} = \frac{Y}{L} \frac{L}{K}, \quad (5)$$

pode-se observar que para que Y/K se reduza a elevação da produtividade do trabalho tem que ser inferior ao aumento da relação capital per capita. Caso ambos sejam idênticos, obtem-se na fórmula acima uma taxa de lucro mais elevada o que, coeteris paribus, resultaria em (3) um maior crescimento econômico.

Entretanto, mesmo que se eleve a relação capital produto, ou se reduza R, dada a taxa de lucro e salário real, pode-se concluir que não haverá nenhuma consequência em termos de crescimento econômico g porque a distribuição de renda também se altera. Esse resultado é trivialmente observado já que sendo constantes os salários e taxa de lucro um aumento da proporção de capital no produto será acompanhado por um aumento da proporção do volume de lucro na renda, ou seja, a parcela dos lucros aumentara na mesma proporção da elevação da parcela do capital. Assim uma elevação

¹¹ Em Furtado (1965) p.74-79 a fórmula para taxa de lucro r, ainda que apresentada de forma literária, é

$$r = \frac{\left[\frac{Y}{L} - b \right]}{\frac{K}{L}}$$

arranjando os seus termos.

da relação capital produto não tem impacto no crescimento a menos que haja uma redução da taxa de lucro na economia. Esse resultado pode ser facilmente observado multiplicando em (3) a taxa máxima pela parcela dos lucros na renda para se obter a taxa de lucro r :

$$g = s_k r \quad (5)$$

Assim a trajetória de estagnação, implícita na argumentação de Furtado quando apresentada de forma consistente, se insere numa discussão muito mais ampla envolvendo a existência de uma tendência à queda da taxa de lucros, cuja refutação escapa do escopo deste trabalho.

Um ponto importante a notar nesse debate é que, seguindo-se a abordagem clássica da acumulação, a concentração de renda, assumido uma hipótese de elevação da relação capital produto, é funcional ao contra-restar o efeito de uma eventual elevação da relação capital produto. Ao se elevar a parcela dos lucros na renda eleva-se também a poupança, e conseqüentemente o investimento e assim o crescimento econômico.

Essa observação é importante na medida que o artigo de Tavares e Serra (1970) não apenas apresenta uma crítica teórica à hipótese de Furtado. Tavares e Serra no início dos anos 1970 estão não apenas fazendo uma crítica abstrata à hipótese estagnacionista de Furtado mas também explicando o fato de ter ocorrido exatamente o oposto do previsto por esse autor: eles tem que explicar a forte aceleração do crescimento econômico no período do Milagre Econômico.

Ao fazer isso esses autores utilizam-se de um instrumental analítico Kaleckiano, ou de demanda efetiva, onde a trajetória do crescimento deve ser explicada pelo comportamento das variáveis de demanda e onde a restrição ao crescimento se dá pela eventual debilidade dessas variáveis e não uma restrição pelo lado da poupança.

Nesse debate reside um ponto importante central cujo esclarecimento nos parece importante não apenas numa perspectiva do estudo da evolução da interpretação econômica brasileira como por iluminar um tema recorrente e algumas vezes mal compreendido que é a relação entre concentração de renda e crescimento econômico no Brasil.

A recuperação do Milagre se fez com concentração de renda ainda que esta tenha sido resultado de uma política anti-inflacionária que usou a variável salário nominal, e conseqüentemente, o salário real, como variável distributiva a ser controlada para reduzir a inflação gradualmente. Entretanto, tal concentração de renda ao contrário

da interpretação usual da poupança forçada¹², ou na visão de Furtado em relação a elevação da relação capital produto, não é funcional por gerar uma poupança necessária para um crescimento mais acelerado. Agora, uma maior concentração de renda, um efeito colateral da política de estabilização adotada e do novo balanço de forças políticas do regime militar, pode ter um efeito circunstancial, ou conjuntural, de reforçar a adequação da estrutura da oferta e a demanda efetiva. Na implantação do Plano de Metas optou-se pela industrialização substitutiva que refletia uma distribuição de renda regressiva existente, dando-se prioridade a certas indústrias de bens de consumo duráveis mais sofisticadas tecnologicamente. Assim, assistiu-se a implantação de unidades industriais que tinham como exigência tecnológica uma escala mínima o que normalmente, cria, e efetivamente criou, uma capacidade instalada à frente da demanda corrente. Isso requereria um crescimento persistente da demanda agregada, e particularmente do poder de compra dos setores de classe média e alta o que ficou prejudicado pela exacerbação da desaceleração cíclica do crescimento em consequência da grave crise econômica e política que se instalou a partir de 1962. Dentro do funcionamento de um processo de investimento respondendo ao mecanismo do acelerador não haveria razão para que o ciclo de crescimento do Plano de Metas não correspondesse na sua estrutura de oferta a distribuição de renda vigente. Assim, uma mudança de distribuição de renda funcional concentrando-a tem uma contribuição positiva “circunstancial” à demanda agregada num momento de desaceleração cíclica “potencializado” por outros fatores como a forte aceleração inflacionária (e as políticas de estabilização que tentaram controlá-la) e ruptura político institucional.

O ponto mais importante da contribuição de Tavares e Furtado (1970) foi, certamente, o destaque dado às reformas financeiras implementadas pelo regime militar e o impacto positivo desse fato sobre os componentes de demanda autônoma como consumo de bens duráveis e construção civil¹³. Nas palavras dos autores, ainda que se referindo apenas a demanda de duráveis:

“A política do novo governo militar criou condições para uma reorganização do esquema redistributivo ‘conveniente’ ao sistema, ...[e]sta redistribuição teve início primeiro ao nível do gasto, mediante novos esquemas ampliados de financiamento de bens duráveis ...”(p. 201)

¹² Para uma revisão crítica teórica da importância da poupança forçada ver Serrano 2001. Para uma revisão crítica da literatura brasileira bem como uma reavaliação empírica dessa hipótese ver Bastos e Pereira (2006)

¹³ Para uma referência teórica desse ponto ver Serrano (2001)

Claramente essa é uma inflexão teórica já que a recuperação cíclica se faz pelo lado do crédito/demanda autônoma e não baseada numa maior poupança que teria surgido de uma limitação ao consumo induzido, que responde basicamente a queda dos salários.

Vale ressaltar, entretanto, que assim como Tavares e Serra (1970) falam de uma transição de um padrão de acumulação que se esgota, o modelo de substituição de importação, seu próprio pensamento está em transição para uma nova abordagem teórica.

Apesar do ensaio “Além da Estagnação”, de 1970, já representar uma ruptura com relação à visão estagnacionista, a interpretação seguia dentro da concepção de que a industrialização se dava através dos impulsos gerados pelo estrangulamento externo, em um processo de substituição de importações. Uma citação um pouco extensa mas central para a nova abordagem apresenta claramente as mudanças no pensamento da autora:

Assim, minha própria análise do período de industrialização do pós-guerra, principalmente para a etapa chamada “intensiva”, só se sustenta teoricamente em termos formais, como correspondente a um período do processo de substituição de importações, se for tomada exclusivamente do ponto de vista da dinâmica contraditória dos estrangulamentos sucessivos do setor externo.

A abordagem teórica do processo ‘parcial e fechado’ de desenvolvimento em seus aspectos relevantes e corretos sobre problemas da estrutura de crescimento e diversificação ‘vertical’ do mercado não se deriva, porém, analiticamente, da dinâmica ‘externa-interna’, como na proposição originária e central do pensamento cepalino.

Esta derivação não me parece, hoje, ‘viável’ teoricamente, à luz de uma reflexão mais cuidadosa sobre os ‘modelos’ ou visões de dinâmica econômica. Com efeito, todas as teorias dinâmicas requerem algum esquema ‘endógeno’ de movimento, como suporte analítico, a partir do qual o seu modo de funcionamento possa ser ‘aberto’ ou expandido à totalidade do sistema, dependendo da abordagem aos problemas a ser feita do ponto de vista da periferia ou do centro.

Nossa proposição alternativa (...) privilegia, pois, os aspectos internos do movimento de acumulação de capital, pondo ênfase no andamento cíclico característico de estruturas industriais que incorporam empresas nacionais, públicas e estrangeiras com poder desigual de acumulação. A partir dessa análise é que se podem compreender de forma integrada os problemas de ‘abertura externa’ da economia brasileira e de sua articulação ‘dependente’ com o sistema internacional. (1974, p.101 e 102)

Conforme a autora, as interpretações baseadas na idéia de substituição de importações ou na idéia de dependência, não “...são suficientes para esclarecer satisfatoriamente a especificidade histórica e teórica do desenvolvimento.” (1974, p.110) A denominação de substituição de importações é abandonada por ser considerada:

...completamente inadequada do ponto de vista analítico, ainda que formalmente ela possa ser adotada à medida que o coeficiente importado da oferta final de bens industriais esteve caindo, mesmo para as indústrias de bens de consumo duráveis, que esgotam a reserva de mercado pré-existente em seu primeiro e curto período de expansão. (1974, p.114)

Essa mudança de paradigma analítico não apenas é importante para a análise das perspectivas do desenvolvimento como também para uma re-interpretação, ou re-periodização, da industrialização do Brasil, que se refletiu na obra clássica da Escola de Campinas, “O Capitalismo Tardio” de João Manoel Cardoso de Mello.

Entretanto, em relação aos objetivos deste trabalho o que se deve sublinhar é que a mudança de perspectiva teórica muda também o foco analítico para outras questões como: financiamento, estrutura produtiva no nível microeconômico e sua capacidade de gerar processos de inovação de produto com conseqüente diferenciação do consumo das classes médias e altas, capacidade de geração de progresso técnico endógeno como força determinante do investimento endógeno. Assim fica clara a direção tomada por Tavares em seus estudos posteriores que buscam examinar em detalhe questões financeiras, aí incluindo a condições de financiamento do Estado e da capacidade inovativa das empresas nacionais, esta por sua vez também ligada a sua escala de produção e capacidade financeira (ver Tavares e Minada 1999).

Esse desenvolvimento teórico-interpretativo que se consubstancia na chamada Escola da Unicamp nunca foi acompanhado por Furtado em sua obra a partir de 1970, demarcando-se uma clara cisão entre representantes centrais do pensamento heterodoxo no Brasil. Furtado (1972) em grande medida acaba por subscrever o papel exercido pelo crédito na recuperação do Milagre Econômico, mas sua interpretação central continua apontando para a inviabilidade da combinação entre desenvolvimento econômico na periferia e o padrão de consumo de uma parcela populacional minoritária com participação desproporcional na renda nacional.

Esse tipo de preocupação chega a um grau de “radicalidade” bem mais amplo em Furtado (1974) ao criticar o próprio conceito de desenvolvimento econômico à luz das limitações físicas/ecológicas do planeta. Furtado crítica o relatório do Clube de Roma por partir de uma premissa equivocada para avançar suas previsões pessimistas quanto a limitação futura de recursos naturais. Para Furtado a premissa equivocada é a própria impossibilidade do padrão de desenvolvimento dos países avançados ser estendido aos países pobres. Ainda nessa chave menos economicista Furtado em algumas obras de maturidade argumenta que a ruptura desse padrão de consumo,

praticamente fisicamente inviável só se fará com mudanças drásticas e profundas político-culturais.

Em termos de mecanismos estritamente econômicos em outra obra que foi re-editada e revista pelo autor em anos recentes, Furtado (2000), mantêm-se o uso da palavra estagnação ainda que não exatamente como o fenômeno da cessação do crescimento econômico mas como a sua não aceleração ou um certo “entorpecimento” que resultaria de uma “baixa eficiência dos investimentos ... [com o] processo de industrialização reduz[indo] seu poder de transformação das estruturas sociais.”(TPDE ed.2000 p. 294)

Furtado integra dinamicamente elementos do lado da demanda e oferta. Entretanto, o lado da demanda é entendido por Furtado como o padrão de consumo existente (e não como o montante de bens demandado). A estrutura produtiva, correspondente a tal padrão, que, por sua vez, teria impacto, através do baixo emprego, sobre a distribuição de renda e crescimento econômico reforçando um certo padrão de consumo. Essas ligações fechariam os nexos do seu modelo de “causação circular” (Furtado 1965, p. 86).

Como visto anteriormente, aspectos de demanda estão nas economias modernas ligados a padrões de consumo diversificado e a capacidade de financiamento, ou fornecimento de crédito, de tal consumo, como sublinhado pela obra de Conceição Tavares a partir dos anos 1970. Ademais, a hipótese de uma persistente elevação da relação capital produto além de depender de hipóteses muito particulares sobre progresso técnico (ver equação (4) acima) supõe que setores produtores de bens de luxo sejam necessariamente mais capital intensivo que os de bens de consumo popular. A generalização dessa hipótese parece problemática, existindo uma série de contra-exemplos facilmente enumeráveis. Como exemplo poderíamos citar que o consumo de luxo moderno incorpora cada vez mais bens “artesanais”, ou personalizados, com uso intensivo de mão de obra. Já alguns bens populares, como calçados de plástico ou borracha, por exemplo, são em toda a sua cadeia de produção altamente intensivos em capital.

Finalmente, se é verdade que o processo de industrialização é poupador de mão de obra só a hipótese, utilizando-se o princípio da demanda efetiva, da desaceleração do ritmo de crescimento da demanda faria cair o ritmo da acumulação de capital e conseqüentemente do emprego como um todo. Deve-se considerar que o crescimento com elevação do nível de renda per capita e diversificação do consumo também gera

empregos em setores estruturalmente mais mão de obra intensivos como o terciário formal e funcional. Finalmente, ainda que seja razoável supor que haja uma relação inversa entre salário real e as condições de oferta e demanda no mercado de trabalho, esta não é certamente trivial nem automática. Ainda que um excesso de oferta permanente de mão de obra, seguindo a lógica de causalidade proposta por Furtado, a partir do consumo de luxo e a consequente estrutura produtiva capital intensiva, pressione para baixo os salários reais, outros fatores como estabelecimento de um salário mínimo mais ou menos elevado ou as condições políticas mais favoráveis a organização do trabalho também desempenham um papel muito importante. Outra hipótese não explorada por Furtado é desenvolvida por Lewis (1977), onde o salário real depende da produtividade do setor de subsistência, por exemplo. Certamente, a leitura Furtadiana parece adequada para o setor informal urbano que absorve uma imensa massa de trabalhadores sem qualquer perspectiva de trabalho formal, exercendo uma pressão depressiva sobre a remuneração dos trabalhadores nesse setor.

Considerações Finais

A literatura e idéias discutidas neste trabalho cobrem um período de aproximadamente 30 anos, se estendendo da década de 1950 até a década de 1970. Essa temporalidade não é fruto de um recorte histórico ou analítico previamente definido neste trabalho. Ao final dos anos 1970 a América Latina e o Brasil, em particular, são varridos por uma violenta crise externa que não apenas encerrou o ciclo de crescimento acelerado iniciado nos anos 1950 como em boa medida interrompeu o debate sobre o próprio tema do desenvolvimento. A crise da década de 1980 e, principalmente, o fenômeno da alta/hiper inflação que se instala nessa época deslocam o debate de crescimento, e perspectivas da economia no longo prazo, para o curto-prazismo e o debate sobre estabilização econômica. Quando ocorre o retorno ao mercado voluntário financeiro internacional, no início dos anos 1990, que permite a estabilização da economia, o pensamento desenvolvimentista heterodoxo já se encontrava na defensiva, sofrendo os ataques da onda ideológica neoliberal internacional.

Essa inter-relação entre as idéias, as ondas ideológicas internacionais e as condições materiais historicamente determinadas acabaram por interromper não apenas um debate como a própria validação/contestação de opiniões divergentes pela teste da realidade histórica. O Brasil foi vítima de um choque exógeno de enormes proporções que levou a

quase estagnação com alta inflação de forma independente dos prognósticos negativos Furtadianos sobre a interação entre composição de demanda, estrutura de oferta e concentração de renda, ou as limitações ao ciclo endógeno encontrados nos trabalhos de maturidade de Conceição Tavares.

É verdade que esses autores no front político se uniram na tentativa de pressionar o governo brasileiro para uma negociação mais soberana da dívida externa logo no início da crise de 1982. Como isso não ocorreu a trajetória de inflação com estagnação era praticamente inelutável.

A aparente reversão do ciclo ascendente neoliberal vem colocando de novo as questões do desenvolvimento em posição de destaque no debate econômico com destaque para a questão de crescimento e distribuição de renda. A re-leitura desse debate no campo heterodoxo brasileiro torna-se um ponto importante para o avanço das idéias sem repetirem-se questões já superadas no passado.

Nesse sentido um primeiro ponto fundamental é identificar com clareza o princípio teórico básico que organiza cada interpretação sobre a acumulação de capital. Em teorias clássicas, nas quais a parcela do excedente destinada à poupança determina a velocidade da acumulação, a concentração de renda, ou seja, uma maior participação dos lucros na renda, tem um efeito positivo sobre o crescimento. Em teorias de demanda efetivo é a variação dos gastos autônomos (seja ele o investimento autônomo ou os gastos autônomos que não criam capacidade produtiva como consumo de duráveis, construção civil, gasto do governo e exportações) que determina a velocidade da acumulação. Uma melhora da distribuição de renda tem um efeito positivo de nível sobre o produto, do tipo *once and for all* através do multiplicador, mas não altera a taxa de crescimento no longo prazo¹⁴. Uma piora da distribuição de renda teria então um efeito inverso, ainda que em circunstâncias particulares, como parece ter sido o caso do início do período do Milagre Econômico, possa ter colaborado para compatibilizar a estrutura de oferta e demanda da economia. O importante é lembrar que em tais teorias os dois fenômenos são causalmente separados podendo se observar combinações múltiplas de crescimento alto ou baixo com maior ou menor concentração de renda.

No caso brasileiro fica claro que o modelo de desenvolvimentismo partiu de um perfil de distribuição de renda concentrado tendo como consequência um padrão de consumo compatível, ou seja, a demanda de certos produtos de mais elevado valor

¹⁴ Para uma formalização simples desses pontos ver Freitas e Serrano(2004)

unitário por uma porção minoritária da população detentora de uma parcela da renda superior a tal proporção¹⁵. Essa demanda era atendida por importações já que a indústria instalada no Brasil se concentrava em produtos de baixo valor unitário e de baixa complexidade tecnológica. Assim, o processo de substituição de importações responde a uma demanda correspondente a um perfil distributivo concentrado. A industrialização substitutiva, como posta em prática no Brasil teria mais que cristalizado esse quadro e sim reproduzido de forma ampliada essa característica estrutural. O momento histórico em que reformas estruturais talvez pudessem interromper tal trajetória era de radicalização interna e principalmente externa, com a guerra fria atingindo seu momento mais aquecido no continente.

Não deixa de ser interessante lembrar que Tavares (1963) encerra seu ensaio construindo cenários, um dos quais repousaria no investimento autônomo governamental, mas com mudança em sua composição, com inversões no setor primário, com financiamento e estímulo ao investimento nas regiões subdesenvolvidas, de forma a elevar o emprego e a produtividade no “setor menos desenvolvido” e ampliar o mercado do “setor capitalista”. No curto prazo seriam favorecidas as indústrias de bens de produção (que atenderiam à demanda da agricultura e das pequenas e médias indústrias das áreas subdesenvolvidas) e as indústrias tradicionais (devido ao aumento extensivo da renda no setor desenvolvido, gerado pelos investimentos que elevam a produtividade de alguns setores e pelo aumento do gasto e emprego no setor subdesenvolvido).

Anos depois algumas das propostas de Conceição Tavares ainda são atuais, ainda que a melhora de certas condições estruturais, como a expressiva elevação da produtividade do setor de produção de alimentos nos anos 1980, permitam vislumbrar perspectivas re-distributivistas com olhos bem mais otimistas (ver Medeiros 2001).

Essas são questões de mais de 40 anos ainda irresolvidas. Quem sabe o recente relaxamento da restrição externa a partir de 2002 e o fim da inação intelectual dos anos 1990 não permitam finalmente a sociedade brasileira a superá-las ?

Referências Bibliográficas

¹⁵ Furtado avaliava em 5% tal população.

Bastos, C.P. e Pereira, B.R. (2006) “Revisão Crítica da hipótese da ocorrência de poupança forçada entre 1956 e 1963” publicado nos Anais do XI Congresso de Nacional de Economia Política da Sociedade de Economia Política, Espírito Santo.

Cardoso de Mello, J. M. (1975) O capitalismo Tardio. SP: Brasiliense. 1ª reimp. da 9ª edição (1998)

CEPAL (1949) Estudo econômico da América Latina 1949. In: Bielschowsky, R. (org) (2000) Cinquenta anos do pensamento na CEPAL. Record, volume 1.

Freitas, F. e Serrano, F. (2004) Demanda efetiva e crescimento econômico. Mimeo, IE /UFRJ.

Furtado, C (1959) Formação Econômica do Brasil. RJ: Fundo de Cultura, 4ª edição (1961)

Furtado, C. (1963) Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. RJ: Fundo de Cultura, 2ª edição.

Furtado, C. (1966) Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina. RJ: Civilização Brasileira.

Furtado, C. (1972) Análise do “Modelo” Brasileiro. RJ: Civilização Brasileira.

Furtado, C. (1974) Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina. RJ: Civilização Brasileira.

Furtado, C. (1997) A Fantasia Organizada SP: Paz e Terra

Lewis, W. A. (1954) O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: Agarwala, A.N. e Singh, S. P. (org) (1969) A economia do subdesenvolvimento. Forense.

Lewis, W. A. (1977) The Evolution of International Economic Order, Princeton, NJ Princeton University Press

Medeiros, C.A (2001) “Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza”, in Fiori, J.L e Medeiros, C. A (org) Polarização Mundial e Crescimento, Petrópolis: Vozes

Meier, G. (1984) The formative period. In: Meier, G. e Seers, D. Pioneers in Development. Oxford University Press.

Nurkse, R. (1953) Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. In: Agarwala, A.N. e Singh, S. P. (org) (1969) A economia do subdesenvolvimento. Forense.

Ocampo, J.A ., Parra, M.A (2007) “Half a Century of Terms of Trade Controversies” in. Vernengo, M. e Caldentey. E.P (org) Ideas, Policies and Economic Devopment in the Americas, New York: Rutlege.

Prebisch, R. (1949) O desenvolvimento econômico da América Latina e algum de seus problemas principais. In: Bielschowsky, R. (org) (2000) Cinquenta anos do pensamento na CEPAL. Record, volume 1.

Serrano, F. (2001) Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento. In: Fiori, J. L. e Medeiros, C. (orgs) Polarização Mundial e Crescimento. RJ: Vozes.

Serrano, F. e Cesaratto, C. (2002) As leis dos rendimentos nas teorias neoclássicas do crescimento: uma crítica rraffiana. Ensaios FEE, POA, v.23, n.2.

Tavares, M. C. (1963) Auge e declínio do processo de substituição de importações In: Tavares, M. C. (1978) Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira. RJ: Zahar. 7ª edição.

Tavares, M. C. (1974) Acumulação de capital e industrialização no Brasil. SP: Editora da Unicamp (1985)

Tavares, M. C. e Serra, J. (1970) Além da estagnação. In: Tavares, M. C. (1978) Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira. RJ: Zahar. 7ª edição.